



## GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

### SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL

*Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060*

#### **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 036225/2018- SEPLAG, nos termos do Padrão nº 04/2002.**

**Processo SEI nº: 00410-00005481/2018-64**

**SIGGO nº: 36225**

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – Das Partes**

O **DISTRITO FEDERAL**, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (SEPLAG/DF), com sede nesta capital, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.230.476/0001-07, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por **RENATO JORGE BROWN RIBEIRO**, portador da cédula de identidade RG n.º 047878616, expedida pela IFP-RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 905.643.327-04, na qualidade de Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme delegação de competência prevista no artigo 31 do Decreto n.º 32.598, de 15 de dezembro de 2010, referente às Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Distrito Federal, e de outro lado, a empresa **AMC INFORMÁTICA LTDA**, com sede na Alameda Rio Preto, nº 453 - Centro Empresarial Tamboré - Barueri/SP - CEP: 06460-050, inscrita no CNPJ/MJ sob nº 62.541.735/0001-80, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **CAIO LIMA SANDES**, portador da cédula de identidade nº 2.416.885, expedida pela SSP/DF, e inscrito no CPF/MF sob nº 013.558.141-97, na qualidade de procurador da empresa, celebram o presente Termo pelas seguintes cláusulas:

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – Do Procedimento**

O presente Contrato obedece aos termos do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 007/2017-SEPLAG e seus anexos (7785741), que culminou com a edição da Ata de Registro de Preços nº 9001/2018 - SEPLAG (7786326), demanda da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC/SEPLAG-DF) especificada no Memorando SEI-GDF nº 88/2018 - SEPLAG/SUTIC (7786521), aprovado pelo Subsecretário da SUTIC/SEPLAG, da Proposta de Preços (7818880), com fundamento na Lei nº 10.520/2002, regulamentada pelo Decreto Federal nº 5.450/2005, acolhido no Distrito Federal pelo Decreto Distrital nº 25.966/2005; na Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores; na Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores, na Lei Distrital nº 4.611/2011, regulamentada pelo Decreto Distrital nº 35.592/2014; na Lei Distrital nº 2.340/1999; no Decreto Federal nº 7.174/2010 recepcionado no âmbito do Distrito Federal pelo Decreto Distrital nº 34.667/2016; nos Decretos Distritais: 26.851/2006, 34.458/2013, 36.519/2015 e 36.520/2015, bem como no Manual de Boas Práticas, orientações e vedações para contratação de serviços de outsourcing de impressão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e nas demais normas pertinentes aplicáveis ao objeto, observadas as condições estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – Do Objeto**

O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de impressão, com disponibilização de impressoras multifuncionais, monocromáticas e policromáticas, com assistência técnica no local, instalação, orientação de utilização, sistema de bilhetagem, fornecimento de consumíveis, exceto papel, remunerados por franquia mais consumo excedente de Unidade de Serviço de Impressão (USI), para atender a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas descritas no Edital

do Pregão Eletrônico SRP nº 007/2017-SEPLAG e seus anexos (7785741), na Ata de Registro de Preços nº 9001/2018 - SEPLAG (7786326), retificada pelo Apostilamento (8106724), e na Proposta de Preços (7818880), conforme detalhamento a seguir:

GRUPO 01					
Item	Quantidade Estimada (48 meses)	Unid.	Especificação	Valor Unit.	Valor Total
7	3.744.000	USI	Outsourcing de Impressão - Páginas A4 - Monocromático - Dentro da Franquia sem Papel	R\$ 0,1198	R\$ 448.531,20
8	5.616.000	USI	Outsourcing de Impressão - Páginas A4 - Monocromático - Excedente a Franquia sem Papel	R\$ 0,03	R\$ 168.480,00
9	384.000	USI	Outsourcing de Impressão - Páginas A4 - Policromático - Dentro da Franquia sem papel	R\$ 0,78	R\$ 299.520,00
10	576.000	USI	Outsourcing de Impressão - Páginas A4 - Policromático - Excedente a Franquia - sem Papel	R\$ 0,31	R\$ 178.560,00
TOTAL					R\$ 1.095.091,20

#### CLÁUSULA QUARTA – Da Forma e Regime de Execução

O CONTRATO será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, em conformidade com o disposto na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

#### CLÁUSULA QUINTA – Do Valor

5.1 - O valor total global do Contrato é de **R\$ 1.095.091,20 (um milhão, noventa e cinco mil, nove e um reais e vinte centavos)**, e correrá à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente – Lei Orçamentária Anual.

5.2 - O critério de reajuste de preços, quando couber, será com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme Decreto Distrital nº 37.121 de 16 de fevereiro de 2016, devendo a contratada para tanto, apresentar Planilha de Custos e Formação de Preços, com demonstração analítica que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção.

5.3 - Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEXTA – Da Dotação Orçamentária

6.1 - A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária: 32.101

II – Programa de Trabalho: 04.122.6003.8517.7897

III – Natureza da Despesa: 3.3.90.39

IV – Fonte de Recursos: 100

6.2 - O empenho é de **R\$159.700,80** (cento e cinquenta e nove mil e setecentos reais e oitenta centavos), conforme **Nota de Empenho nº 2018NE00566**(8008479), emitida em 11/05/2018, sob o evento nº 400091, na modalidade Global.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – Do Pagamento

7.1 - O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, mediante a apresentação de Nota Fiscal, devidamente atestada pelo Executor/Comissão Executora do CONTRATO.

7.1.1 - Nos termos do Edital, para efeito de pagamento será observado as condições estabelecidas no item 11 do Termo de Referência - Da Franquia e do Regime de Compensação.

7.1.2 - A repactuação será realizada nos termos do Decreto nº 38.934, de 15 de março de 2018.

7.2 - A Contratada não poderá apresentar Nota Fiscal com número de CNPJ diverso do qualificado no

preâmbulo deste CONTRATO.

7.3 - Ainda para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

I – Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no art. 4º do Decreto nº 6.106/2007;

II – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

III – Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;

IV - Certidão de Regularidade com a Fazenda Pública Federal; e

V - Certidão de Regularidade de Débitos Trabalhistas – CNDT (em [www.tst.gov.br](http://www.tst.gov.br)), em cumprimento à Lei nº 12.440/2011. Visando comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do Trabalho.

7.4 - O pagamento do suporte técnico especializado será efetuado à CONTRATADA, sob demanda, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da data do aceite definitivo da Ordem de Serviço, de acordo com as exigências administrativas em vigor.

7.4.1 - O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.

7.5 - Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “*pro rata tempore*” do IPCA, nos termos do art. 3º do Decreto nº 37.121/2016.

7.6 - As notas fiscais/faturas deverão ser enviadas à contratante, com a devida antecedência que permita o cumprimento dos prazos contratuais, sob pena de acréscimos dos dias de atraso aos respectivos prazos.

7.7 - No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na nota fiscal/fatura, serão estes restituídos à Contratada para as correções solicitadas, não respondendo a Contratante por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

7.8 - O CONTRATANTE não estará sujeito ao pagamento da compensação financeira a que se refere o parágrafo anterior, se o atraso decorrer do fornecimento irregular dos materiais ou com ausência total ou parcial de documentação hábil, ou pendente de cumprimento pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas do Contrato.

7.9 - Verificada a existência de irregularidade fiscal ou trabalhista, a CONTRATANTE notificará, por escrito, a CONTRATADA da ocorrência, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento da notificação, promova a regularização ou apresente sua defesa, sob pena de rescisão do contrato.

7.9.1 - Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

7.9.2 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.9.3 - Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.9.4 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.9.5 - Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

7.10 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado da CONTRATADA.

7.11 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

7.12 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.12.1 - A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.13 - Os pagamentos efetuados pela contratante não isentam a contratada de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

7.14 - As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767/2011, alterado pelo alterado pelo Decreto de nº 36.135/2014.

## **CLÁUSULA OITAVA – Do Prazo de Vigência**

8.1 - O contrato terá vigência de **48 (quarenta e oito) meses**, a contar de sua assinatura, com eficácia a partir de sua publicação, sendo seu extrato publicado no DODF, a expensas do Contratante, podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses, nos termos do item 1.8 do Manual de Boas Práticas de Orientações e Vedações para Contratação de Serviços de Outsourcing de Impressão.

## **CLÁUSULA NONA – Das garantias**

9.1 - Por ocasião da celebração do contrato será exigida da CONTRATADA, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, comprovante de prestação de garantia, correspondente a **2% (dois por cento)** do valor do contrato, equivalente a quantia de **R\$21.901,82 (vinte um mil, novecentos e um reais e oitenta e dois centavos)**, nos termos do artigo 56 da Lei nº 8.666/93 e da IN 05/2017-MP, recepcionada pelo Decreto Distrital nº 38.934/2018, mediante a escolha de uma das modalidades estabelecidas no § 1º, do art. 56, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, quais sejam:

I - caução em dinheiro, ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; (redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004);

II - seguro-garantia; ou

III - fiança bancária.

9.2 - A garantia contratual, ainda, abrange a observância dos seguintes tópicos:

I - A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da CONTRATADA, sendo indispensável expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios dos arts. 827 e 1.491, do Código Civil de 2002.

II - Toda e qualquer garantia prestada pela CONTRATADA:

a) A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após 90 (noventa) dias do término da vigência contratual, e, quando em dinheiro, atualizado monetariamente, sem prejuízo das sanções previstas em Lei. A não prestação da garantia exigida será considerada recusa injustificada em assinar o Contrato, implicando na imediata anulação da N.E (Nota de Empenho) emitida.

b) poderá, a critério da Administração do Distrito Federal, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o

recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;

c) ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas ou judiciais.

III - Sem prejuízo das sanções previstas na lei, a não prestação da garantia exigida será considerada recusa injustificada em assinar o CONTRATO, implicando na imediata anulação da N.E (nota de empenho) emitida.

IV - No caso de fiança bancária e do seguro garantia estes deverão ser apresentados em original ou documento eletrônico com certificação digital e deverá oferecer cobertura a todas as obrigações contratuais não adimplidas pelo contratado compreendendo o período anual de início e término do CONTRATO;

V – A garantia de execução do CONTRATO, nos moldes do art. 56 da Lei no 8.666, de 1993, deve ter validade de 12 (doze) meses, e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, observados ainda os seguintes requisitos:

a) a garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do CONTRATO;

2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do CONTRATO;

3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e

4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

b) A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nos itens da alínea "a", observada a legislação que rege a matéria;

c) A garantia em dinheiro deverá ser efetuada no Banco Regional de Brasília (BRB), na Agência 0100, Conta Corrente nº 800482-8, registrada em nome da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal (SEF/DF), CNPJ nº 00.394684/0001-53, com correção monetária, em favor do CONTRATANTE;

d) A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do CONTRATO por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);

e) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do CONTRATO por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993;

f) O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA;

g) A garantia será considerada extinta:

1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do CONTRATO; e

2. após o término da vigência do CONTRATO, devendo o instrumento convocatório estabelecer o prazo de extinção da garantia, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

h) O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

9.2.1 - Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

9.2.2 - Após o término da vigência do contrato, podendo ser estendida em caso de ocorrência de sinistro.

### **9.3 - GARANTIA DOS PRODUTOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

9.3.1 - Nos termos do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 007/2017-SEPLAG e seus anexos (7785741), no que tange às Disposições relativas à Garantia dos Produtos e Assistência Técnica, devem ser observados os seguintes tópicos:

9.3.1.1 - Constitui Assistência Técnica qualquer intervenção da empresa CONTRATADA para manter em operação os equipamentos contemplados no serviço, compreendendo o remanejamento, a

manutenção corretiva e preventiva e quaisquer outros procedimentos destinados a recolocar equipamentos em seu pleno estado de funcionamento e de uso, incluindo substituição de peças de hardware, ajustes e reparos técnicos, em conformidade com manuais e normas técnicas especificadas pelo fabricante.

9.3.1.1.1 - Não serão aceitos produtos oriundos da prestação do serviços com utilização de materiais reconicionados ou remanufaturados sob qualquer forma.

9.3.1.1.2 - A empresa CONTRATADA deverá disponibilizar infraestrutura à equipe de fiscalização da CONTRATANTE, por meio de um sistema web, para a gestão das Ordens de Serviços, possibilitando o devido acompanhamento dos prazos e qualidade de atendimento.

9.3.1.1.3 - A Assistência Técnica deverá ser prestada no local onde o equipamento estiver instalado, durante o horário de funcionamento da CONTRATANTE, exceto em feriados.

9.3.1.1.4 - O prazo de reparação ou solução do problema é de, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas corridas e corresponde ao intervalo de tempo decorrido entre o primeiro atendimento da ocorrência no local e a efetiva recolocação dos equipamentos em pleno funcionamento.

9.3.1.4.1 - Para os equipamentos situados no Edifício Anexo do Palácio do Buriti, o prazo máximo para início do primeiro atendimento é de 1 (uma) hora.

9.3.1.4.2 - Em havendo mudança para o Centro Administrativo do Distrito Federal, situado em Taguatinga, fica estabelecido o prazo máximo para início do primeiro atendimento de 1 (uma) hora.

9.3.1.4.3 - Para os equipamentos instalados nas demais localidades, o prazo máximo para início do primeiro atendimento é de 8 (oito) horas úteis.

9.3.1.5 - Na impossibilidade de atendimento dos prazos indicados acima, deverão constar na respectiva Ordem de Serviço as justificativas adequadas do não atendimento, devendo ser conferidas e acatadas pela fiscalização da CONTRATANTE.

9.3.1.6 - Após a manutenção corretiva persistirem os mesmos problemas técnicos por 03 (três) vezes consecutivas no mesmo mês, à empresa CONTRATADA deverá substituir o equipamento, às suas expensas, por outro novo com as mesmas especificações ou superior, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, sob pena de incorrer em penalidades previstas no Termo de Referência.

9.3.1.7 - No caso de substituição de equipamentos defeituosos, o equipamento substituto deverá ser obrigatoriamente com as mesmas especificações ou superior, observando-se ainda os procedimentos administrativos pertinentes para o adequado controle patrimonial das partes.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – Da responsabilidade do Distrito Federal**

10.1 - O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

10.2 - Nos termos do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 007/2017-SEPLAG e seus anexos (7785741), no que tange às Obrigações do Órgão Contratante, citam-se:

10.2.1 - O órgão CONTRATANTE deverá permitir acesso dos empregados da empresa CONTRATADA as suas dependências quando necessário ao Fornecimento e execução da Assistência Técnica Local;

10.2.2 - O órgão CONTRATANTE deverá prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela empresa CONTRATADA;

10.2.3 - O órgão CONTRATANTE deverá efetuar os pagamentos devidos pela execução do objeto contratado em conformidade ao estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências avençadas.

10.2.4 - O órgão CONTRATANTE deverá exercer a gestão e fiscalização sobre a execução do objeto contratado, inclusive durante o período de Manutenção e Assistência Técnica Local, como forma de assegurar todas as condições estabelecidas no Termo de Referência, por meio de servidores devidamente designados para tal finalidade;

10.2.5 - O órgão CONTRATANTE deverá comunicar oficialmente à empresa CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do fornecimento, bem como exigir sua pronta regularização, por meio de ofícios de notificações.

10.2.6 - O órgão CONTRATANTE deverá aplicar a empresa CONTRATADA, quando necessário, as sanções legais cabíveis, garantida a ampla defesa;

- 10.2.7 - Indicar o executor interno do Contrato, conforme Art. 67 da Lei 8.666/93 e Dec. 32.598/2010;
- 10.2.8 - Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a Contratada;
- 10.2.9 - Fornecer e colocar à disposição da Contratada, todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços;
- 10.2.10 - Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre as irregularidades observadas no serviço; e
- 10.2.11 - Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência sobre multas, penalidades quaisquer débitos de sua responsabilidade, bem como fiscalizar a execução do Objeto Contratado.
- 10.2.12 - A Contratante poderá a seu exclusivo critério, por conveniência administrativa, dispensar o recebimento provisório dos serviços e produtos, nos termos do artigo 74, inciso II, da Lei 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Das Obrigações e Responsabilidades da CONTRATADA**

11.1 - A Contratada fica obrigada a apresentar, ao Distrito Federal:

I – até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;

II – comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais.

11.2 – Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço.

11.3 – A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes.

11.4 – A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.5 - Nos termos da Decisão nº 544/2010 TCDF, a Contratada deverá fornecer no início do ajuste, a cada prorrogação e a cada alteração, arquivo, em meio magnético, contendo matrícula, nome, CPF e lotação de todos os empregados diretamente relacionados ao contrato e daqueles que fazem parte de Quadro Suplementar destinado à cobertura de mão-de-obra ausente.

11.6 - Aproveitar, nos termos da Lei Distrital Nº 4.794/2012, os empregados vinculados à empresa antecessora cujo contrato foi rescindido.

11.7 - É expressamente proibido o uso de mão de obra infantil na prestação dos serviços objeto desta licitação, nos termos da Lei Distrital nº 5.061 de 08 de março de 2013.

11.8 - Contratar, prioritariamente, trabalhadores inscritos no cadastro das Agências do Trabalhador do Distrito Federal, conforme determina a Lei Distrital Nº 4.766/2012.

11.9 - Constitui obrigação da contratada o disposto no Termo de Referência (Projeto Básico) anexo I do Edital.

11.10 - Nos termos do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 007/2017-SEPLAG e seus anexos (7785741), constituem ainda obrigações da CONTRATADA:

11.10.1 - Adotar na execução dos serviços, práticas de sustentabilidade ambiental, práticas de desfazimento sustentável, reciclagem dos bens inservíveis e processos de reutilização, nos termos estabelecidos na Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, e na Lei 12.305/2010.

11.10.2 - A empresa CONTRATADA deverá emitir orientação formal a cada órgão listado no Termo de Referência quanto ao acondicionamento e estocagem dos consumíveis, bem como o descarte ecologicamente correto dos resíduos sólidos e rejeitos provenientes do objeto deste instrumento.

11.10.3 - A empresa CONTRATADA deverá, até 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato, entregar um Plano de Implantação, devidamente assinado pelo responsável técnico, constando do cronograma de entrega, instalação e orientação de uso das impressoras multifuncionais.

11.10.4 - A empresa CONTRATADA deverá comunicar formalmente ao órgão CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

11.10.5 - A empresa CONTRATADA deverá prover a CONTRATANTE das informações necessárias à adequada execução do objeto;

11.10.6 - A empresa CONTRATADA deverá manter seus técnicos devidamente uniformizados e

identificados por meio de crachá de fácil visibilidade;

11.10.7 - A empresa CONTRATADA deverá cumprir fielmente toda a execução do objeto contratado, de acordo com as condições e exigências previamente estabelecidas;

11.10.8 - A empresa CONTRATADA deverá assumir toda a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes do fornecimento do objeto do Termo de Referência;

11.10.9 - Manter sigilo absoluto sobre informações, dados e documentos provenientes da execução do Contrato e também às demais informações internas da CONTRATANTE, a que a CONTRATADA tiver conhecimento;

11.10.10 - Não deixar de executar qualquer atividade necessária ao perfeito fornecimento do objeto, sob qualquer alegação, mesmo sob pretexto de não ter sido executada anteriormente qualquer tipo de procedimento;

11.10.11 - Garantir o funcionamento dos equipamentos e componentes fornecidos, responsabilizando-se pela manutenção corretiva dos mesmos, durante o período contratual;

11.10.12 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório;

11.10.13 - Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ ou materiais, causados por técnicos (empregados) e acidentes causados por terceiros, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais e trabalhistas, tributos e demais despesas eventuais, decorrentes da prestação dos serviços;

11.10.14 - Responsabilizar-se das eventuais despesas para execução do serviço solicitado, qualquer que seja o valor, e cumprir todas as obrigações constantes do(s) Anexo(s) do Ato Convocatório;

11.10.15 - Comprovar, mês a mês, o efetivo recolhimento dos encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento dos empregados destinados para a prestação dos serviços;

11.10.16 - A Contratante poderá disponibilizar contas de usuários para acesso à rede de dados, com privilégios específicos para instalação dos drivers e softwares das impressoras multifuncionais, aos técnicos da empresa contratada. Para isso, a empresa contratada deverá indicar formalmente o nome completo, números do CPF e RG dos respectivos técnicos, bem como, fornecer cópias dos referidos documentos;

11.10.17 - É vedada à contratada a subcontratação do objeto.

11.11 - Ainda nos termos do item 11.12 do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 007/2017-SEPLAG (7785741), compete à contratada:

11.11.1 - Quando da assinatura do contrato, disponibilizar profissional de nível superior, responsável técnico para o acompanhamento da execução do objeto, detentor de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado(s) de Certidão de Acervo Técnico (CAT), expedida pelo CREA, demonstrando sua aptidão por já haver sido responsável técnico por atividade pertinente e compatível com o presente objeto, com no mínimo prestação de serviços de instalação e manutenção proativa e corretiva, no tocante às atividades 01 a 18, constantes do Art. 1º da Resolução 218, de 29 de junho de 1973, do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, relativos aos materiais elétricos e eletrônicos; equipamentos eletrônicos em geral; sistemas de comunicação e telecomunicações; sistemas de medição e controle elétrico e eletrônico, seus serviços afins e correlatos.

11.11.2 - Na fase da contratação, sob pena de não celebração do contrato, sem prejuízos as demais sanções administrativas, a licitante vencedora deverá apresentar declaração, emitida pelo Responsável Técnico, com a indicação dos equipamentos, do aparelhamento e do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

11.11.2.1 - A declaração acima deverá constar a marca e modelo dos equipamentos ofertados, e que os mesmos são novos, sem uso anterior (primeiro uso), encontram-se em linha de produção, não sendo equipamentos remanufaturados, reconicionados, ou reconstruídos e, ainda, que os mesmos atendem a todas as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

11.11.3 - É expressamente proibido o uso de mão de obra infantil, nos termos da Lei Distrital nº 5.061, de 08 de março de 2013.

11.12 - Nos termos do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 007/2017-SEPLAG e seus anexos (7785741), no que tange aos **Relatórios Mensais**, devem ser observados os seguintes tópicos:



11.12.1 - A empresa CONTRATADA deverá fornecer formalmente e em mídia eletrônica (arquivos de extensão xls ouxlsx) os relatórios listados abaixo:

11.12.1.1 - Lista atualizada dos equipamentos instalados pela empresa CONTRATADA, indicando nº de patrimônio, nº de série, local de instalação;

11.12.1.2 - Lista atualizada dos equipamentos porventura substituídos, indicando nº de patrimônio, nº de série, local de instalação.

11.12.2 - Lista das Ordens de Serviços ocorridas durante o Período de Referência, indicando data e hora de abertura, data e hora de encerramento, nº do patrimônio do equipamento, e demais informações necessárias para aferir a qualidade do serviço, devidamente acompanhadas das Ordens de Serviços originais assinadas.

11.13 - Nos termos do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 007/2017-SEPLAG e seus anexos (7785741), no que tange aos **Demais Requisitos da Solução**, devem ser observados os seguintes tópicos:

11.13.1 - Serão utilizados apenas 03 (três) tipos de impressoras multifuncionais, atendendo as especificações mínimas contidas nos ENCARTES D – ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DAS IMPRESSORAS, do Termo de Referência.

11.13.2 - Todos os equipamentos e consumíveis deverão ser originais, novos, de primeiro uso, do modelo mais atual, embalados nos seus volumes originais, devidamente lacrados, em perfeitas condições de uso, funcionamento e de acordo com as normas técnicas exigidas pelos órgãos competentes e pelo fabricante.

11.13.3 - Todas as impressoras multifuncionais deverão possuir fonte de alimentação interna, acompanhadas de todos os seus respectivos cabos de alimentação e demais acessórios compatíveis e necessários a sua perfeita instalação e funcionamento.

11.13.4 - Todos os equipamentos deverão ser acompanhados de sua documentação técnica completa, atualizada e original, com manuais, guias de instalação, drivers e softwares e outros pertinentes, em idioma Português do Brasil.

11.13.5 - Todas as impressoras multifuncionais deverão possuir interface USB 2.0 de alta velocidade, acompanhada, quando necessário, de seu respectivo cabo USB de no mínimo 1,5 metros para instalação diretamente no microcomputador.

11.13.6 - Todas as impressoras multifuncionais deverão possuir interface de rede integrada no próprio equipamento (placa de rede) compatível com os protocolos TCP/IP e SNMP, acompanhadas com seu respectivo cabo de rede UTP Categoria 6 de no mínimo 2 metros. Não serão admitidos dispositivos servidor de impressão externo (print server).

11.13.7 - Todas as impressoras multifuncionais deverão possuir recurso de contabilização de impressões, cópias e digitalizações, por tipo e formato de página impressa, possibilitando a auditoria das impressões.

11.13.8 - Permitir a definição do limite de cotas, por usuário ou grupos.

11.13.9 - Permitir restrição de acesso às funções dos equipamentos como: Restringir impressão (monocromática e/ou color), cópia (monocromática e/ou color), por usuário ou grupo.

11.13.10 - Todas as impressoras multifuncionais deverão ser compatíveis com os sistemas operacionais Microsoft Windows 7, 8, Server, ou superior, e Linux 2.6 ou superior, acompanhada com seus respectivos drivers e softwares de instalação.

11.13.11 - Todas as impressoras multifuncionais deverão possuir recurso de digitalização liberado.

11.13.12 - Todas as impressoras multifuncionais deverão possuir recurso de impressão confidencial, segura ou bloqueada com uso de senha, permitindo que o trabalho de impressão seja liberado em qualquer um dos equipamentos que integrem o contrato. A senha utilizada para a liberação será a mesma senha utilizada pelo usuário na rede da Contratante (Active Directory).

11.13.13 - Todas as impressoras multifuncionais deverão atender aos padrões atuais de economia de energia ENERGY STAR e possuir recurso de modo de economia de energia (Power saving) quando estiver fora de uso, não havendo necessidade de desligamento e, ainda, deve ser capaz de retornar as atividades de produção, quando do envio de impressão ou quando do acesso as suas funcionalidades no painel/display.

11.13.14 - Todas as Estações de Impressão deverão vir acompanhadas de estabilizador e/ou transformador compatível, observados os requisitos mínimos exigíveis de desempenho e segurança,

fixados pela norma ABNT NBR 14373:2006 Versão Corrigida:2010, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, e 01 (um) adaptador homologado pelo Inmetro que possibilite sua conexão a tomadas padrão NEMA 5-15 (2P+T).

11.13.15 - Quando necessário, a empresa CONTRATADA deverá, às suas expensas, prover qualquer adequação na infraestrutura elétrica e/ou lógica da CONTRATANTE, de modo a viabilizar a utilização e o pleno funcionamento do equipamento das impressoras multifuncionais.

11.13.16 - A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência contratual, o recurso de digitalização com OCR pesquisável atualizado e funcional, sem a realização de cobranças adicionais além da franquia e excedente consumido.

11.14 - Nos termos do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 007/2017-SEPLAG e seus anexos (7785741), no que tange à **Entrega, Instalação e Orientação de Uso**, devem ser observados os seguintes tópicos:

11.14.1 - Em até 5 (cinco) dias corridos após a assinatura de cada contrato, a CONTRATANTE e a CONTRATADA deverão realizar reunião para preenchimento do plano de inserção, onde serão definidos os quantitativos de máquinas iniciais e os locais de instalação.

11.14.2 - A entrega, instalação e orientação de utilização das impressoras multifuncionais deverão ocorrer em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a contar da assinatura do contrato, nos locais indicados pela CONTRATANTE no Encarte B ou em novos endereços indicados pela CONTRATANTE, desde que nos limites do Distrito Federal.

11.14.2.1 - Deverá ocorrer durante o horário de funcionamento da CONTRATANTE: de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 14h às 18h, exceto feriados, ou em outro horário previamente autorizado pela Administração, com anuência do Gestor do Contrato.

11.14.3 - A empresa CONTRATADA deverá instalar os drivers e softwares das impressoras multifuncionais nos microcomputadores situados no local de instalação.

11.14.4 - A CONTRATANTE poderá disponibilizar contas de usuários para acesso à rede de dados, com privilégios específicos para instalação dos drivers e softwares das impressoras multifuncionais, aos técnicos da empresa CONTRATADA. Para isso, a empresa CONTRATADA deverá indicar formalmente o nome completo, números do CPF e RG dos respectivos técnicos, bem como, fornecer cópias dos referidos documentos.

11.14.5 - A empresa CONTRATADA deverá, às suas expensas, orientar aos usuários presentes no local durante ou logo após a instalação das impressoras multifuncionais, e sempre que demandado pela CONTRATANTE.

11.14.5.1 - A orientação aos usuários deverá conter as principais funções da impressora multifuncional: Alimentação de papel: abertura, regulação e fechamento da gaveta; Função impressão: impressão simples, frente e verso; modo econômico, segura ou bloqueada; Função cópia: cópia simples; cópia frente e verso; cópia ampliada e reduzida; Função digitalização: para rede; para e-mail; para interface USB frontal; ampliada e reduzida; Atolamento de papel; Impressão segura, retida ou bloqueada com senha.

11.14.6 - A empresa CONTRATADA deverá, ainda, orientar pelo menos 02 (dois) técnicos de cada órgão quanto aos recursos avançados da impressora multifuncional no sentido de permitir ao órgão efetuar futuros remanejamentos simples e outras instalações na rede de dados, nos microcomputadores, configurações para digitalização para rede, e-mail, configuração de recursos de contabilização e etc.

11.15 - Nos termos do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 007/2017-SEPLAG e seus anexos (7785741), no que tange ao **Fornecimento de Consumíveis**, devem ser observados os seguintes tópicos:

11.15.1 - Consideram-se consumíveis os componentes das impressoras multifuncionais necessários para produção de impressões e cópias, que se degradam ou esgotam com o tempo ou utilização, por exemplo: toners, cilindros, unidade de imagens, fotorreceptor, entre outros.

11.15.2 - A empresa CONTRATADA deverá fornecer de forma proativa, às suas expensas, todos os consumíveis necessários para o pleno funcionamento das impressoras multifuncionais, sendo sua responsabilidade toda a logística de entrega e reposição.

11.15.2.1 - Para os equipamentos situados na sede da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, a reposição dos consumíveis nas impressoras multifuncionais será efetuada de forma proativa pelos próprios técnicos da empresa CONTRATADA.

11.15.2.2 - Para os equipamentos situados nas demais localidades a empresa CONTRATADA poderá

manter, às suas expensas e responsabilidade, estoque mínimo de suprimentos, desde que oriente o usuário a substituí-los.

11.16 - Nos termos do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 007/2017-SEPLAG e seus anexos (7785741), no que tange aos **Acréscimos e Supressões**, devem ser observados os seguintes tópicos:

11.16.1 - empresa CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato (Lei n.º 8.666/93, art.65, §§ 1º, 2º).

11.16.2 - Os acréscimos ou supressões, quando necessários, serão contabilizados pelo quantitativo estimado de Unidade de Serviços de Impressão (USIS).

11.16.3 - No caso de supressão, os quantitativos de impressoras multifuncionais já instaladas em cada unidade deverão ser mantidos pela empresa CONTRATADA. No caso de acréscimos, a CONTRATANTE poderá, a seu exclusivo critério, requerer da empresa CONTRATADA o acréscimo proporcional em número de impressoras multifuncionais.

11.17 - Nos termos do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 007/2017-SEPLAG e seus anexos (7785741), no que tange à **Sustentabilidade**, devem ser observados os seguintes tópicos:

11.17.1 - A contratada deverá declarar que atende aos requisitos de sustentabilidade previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770/2012, em conformidade com o Decreto nº 7.746/2012, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666/1993, bem como o Decreto nº 36.519/2015, que regulamenta, no âmbito do Distrito Federal, o Sistema de Registro de Preços, estabelece a implementação de critérios, práticas e ações de logística sustentável no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas estatais dependentes, devendo ser observados os requisitos ambientais com menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

11.17.2 - A contratada deve adotar na execução dos serviços, práticas de sustentabilidade ambiental, práticas de desfazimento sustentável, reciclagem dos bens inservíveis e processos de reutilização, nos termos estabelecidos na Lei Distrital n.º 4.770, de 22 de fevereiro de 2012.

11.18 - Nos termos do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 007/2017-SEPLAG e seus anexos (7785741), no que tange às **Disposições Gerais**, devem ser observados os seguintes tópicos:

11.18.1 - Na fase da assinatura do contrato, a empresa CONTRATADA deverá assinar TERMO DE COMPROMISSO, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes no órgão.

11.18.2 - A empresa CONTRATADA deverá recolher, por meio Termo de Ciência, assinatura de todos profissionais envolvidos na contratação, declarando a manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes no órgão.

11.18.3 - Todas as etapas, obrigações e responsabilidades referentes à execução do objeto contratado que involuntariamente não estejam explícitas no Termo de Referência, mas necessárias à perfeita execução do objeto, são de responsabilidade da empresa CONTRATADA.

11.18.4 - A empresa CONTRATADA fica obrigada a aceitar a sub-rogação do contrato para alterar a titularidade da CONTRATANTE para outros Órgãos da Estrutura Administrativa do Distrito Federal, contemplando no ato o quantitativo total ou parcial do objeto.

11.18.5 - Não serão aceitos produtos oriundos da prestação do serviços com utilização de materiais reconicionados ou remanufaturados sob qualquer forma.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da Alteração Contratual**

12.1 - Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

12.2 - A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Das Penalidades**

13.1 - O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista no Edital, descontada da garantia oferecida ou judicialmente,

sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral, bem como investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para conclusão ou aperfeiçoamento de obras ou serviços.

### **13.2 - Das Espécies**

13.2.1 - Caso a contratada não cumpra integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estará sujeita às seguintes sanções em conformidade com o **Decreto nº 26.851/2006**, e suas alterações, e nos termos do Edital, no que couber:

I - advertência;

II - multa; e

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

a) Para a licitante e/ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.2.2 - As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

### **13.3 - Da Advertência**

13.3.1 - A advertência é o aviso por escrito, emitido quando a contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

I - pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

### **13.4 - Da Multa**

13.4.1 – A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;

V - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

13.4.2 - A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 193 e será executada após regular processo administrativo, oferecido ao contratado a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666, de 1993, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

13.4.3 – Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

13.4.4 – O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

13.4.5 – Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

13.4.6 – A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto do subitem **13.2.2** e observado o princípio da proporcionalidade.

13.4.7 – Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do subitem 13.4.8 – A sanção pecuniária prevista no inciso IV do subitem **13.4.1** não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

### **13.5 - Da Suspensão**

13.5.1 – A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitação e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela Subsecretaria de Administração Geral (SUAG), a contratada permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a contratada deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

III - por até 12 (doze) meses, quando a contratada, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato; e

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a contratada:

a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados na contratação, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da contratação;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação; e

c) receber qualquer das multas previstas no subitem anterior e não efetuar o pagamento;

13.5.2 – São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

I - o ordenador de despesas do órgão contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

13.5.3 - A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

13.5.4 - O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

### **13.6 – Da Declaração de Inidoneidade**

13.6.1- A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual.

13.6.2 - A declaração de inidoneidade prevista no item 13.5 permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

13.6.3 - A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993.

### **13.7 – Das Demais Penalidades**

13.7.1 - As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, administrado pela Subsecretaria de Compras Governamentais (SCG), estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e

II - declaração de inidoneidade, nos termos do subitem 13.6;

III - aplicam-se a este subitem as disposições do subitem 13.5.3 e 13.5.4.

13.7.2 - As sanções previstas nos subitens 13.5 e 13.6 poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nos 8.666, de 1993 ou 10.520, de 2002:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação; e

III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

### **13.8 - Do Direito de Defesa**

13.8.1 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

13.8.2 - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

13.8.3 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Capítulo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

13.8.4 - Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esgotamento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;

III - o fundamento legal da sanção aplicada; e

IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

13.8.5 - Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio [www.compras.df.gov.br](http://www.compras.df.gov.br), inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal - e-compras, e aos

demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

13.8.6 - Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos subitens 13.3 e 13.4 deste capítulo de penalidades, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

### **13.9 - Do Assentamento em Registros**

13.9.1 - Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

13.9.2 - As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

### **13.10 - Da Sujeição a Perdas e Danos**

13.10.1 - Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas pelo **Decreto nº 26.851/06 e suas alterações, previstas no edital**, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

### **13.11 – Disposições Complementares**

13.11.1 - As sanções previstas nos subitens 13.3, 13.4 e 13.5 do presente capítulo serão aplicadas pelo ordenador de despesas do órgão contratante.

13.11.2 - Os prazos referidos neste capítulo só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Da Dissolução**

14.1 - O CONTRATO poderá ser dissolvido de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do CONTRATO, desde que haja conveniência para a Administração, nos termos do art. 79, II, da Lei nº 8.666/93.

14.2 - É inexistente qualquer possibilidade de transferência ao Distrito Federal de responsabilidade por encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e/ou previdenciários porventura inadimplidos pela empresa contratada, bem como a inexistência de formação de vínculo empregatício entre os empregados desta e a Administração, nos termos do art. 71, § 1º da Lei nº 8.666/93. (Parecer 016/2015 PRCON/PGDF).

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Da Rescisão**

15.1 - O CONTRATO poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a CONTRATADA às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

15.2 - No caso de rescisão motivada nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666/93, ficam assegurados à Administração, os direitos de investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para conclusão ou aperfeiçoamento de obras ou serviços, para evitar que a rescisão acarrete obstáculos à continuidade da atividade administrativa.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Dos Débitos para com a Fazenda Pública**

Os débitos da CONTRATADA para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do CONTRATO.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Da Execução, Acompanhamento e Fiscalização**

17.1 - Execução, acompanhamento e a fiscalização do objeto deste contrato serão exercidos por meio de servidores/comissão executora, designados pela Contratante, aos quais compete, em síntese: acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar o fornecimento e a prestação dos serviços, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à

regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência à Contratada, conforme determina o artigo 67, da Lei nº 8.666, de 1993, e suas alterações.

17.2 - Nos termos do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 007/2017-SEPLAG e seus anexos (7785741), no que tange às disposições relativas à **Fiscalização** devem ser observados os seguintes tópicos:

17.2.1 - A execução dos serviços será acompanhada por comissões de servidores constituídas para esse fim, composta pelo Fiscal Técnico, Fiscal Administrativo e Fiscal Requisitante, indicados por suas respectivas Secretarias, juntamente com seus respectivos suplentes, conforme modelo de fiscalização instituído pela Instrução Normativa SLTI/MP nº 04/2014.

17.2.1.1 - No sentido de permitir a fiscalização dos contratos de forma plena, a Comissão executora poderá solicitar a indicação de “Executor Local e seu Suplente” para acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela empresa CONTRATADA no âmbito do seu respectivo órgão.

17.2.1.2 - Os servidores designados à fiscalização do contrato poderão recusar, sustar, mandar refazer ou fazer quaisquer falhas ou problemas inerentes ao fornecimento do objeto, que estejam em desacordo com o pré-estabelecido.

17.2.2 - Não obstante a Contratada seja única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços definidos no edital e seus anexos, a Contratante reserva-se o direito de exercer a mais ampla fiscalização sobre os serviços, por intermédio de representante especificamente designado, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, podendo:

I - Sustar a execução de qualquer trabalho que esteja sendo feito em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se torne necessária;

II - Exigir a substituição de qualquer empregado ou preposto da contratada que, a seu critério, venha a prejudicar o bom andamento dos serviços;

III - Determinar a reexecução dos serviços realizados com falha, erro ou negligência, lavrando termo de ocorrência do evento.

17.3 - Caso a licitante vencedora deixe de execução do serviço dentro do prazo estabelecido sem justificativa por escrito aceita pela Administração, sujeitar-se-á às penalidades impostas no Edital.

17.4 - Nos termos do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 007/2017-SEPLAG e seus anexos (7785741), no que tange ao **Local da Prestação do Serviço**, devem ser observados os seguintes tópicos:

17.4.1 - Os serviços deverão ser executados nos locais indicados pela contratada, devendo ser concluídos e entregues nos prazos definidos pelo órgão contratante, de acordo com o preestabelecido no Anexo I (Termo de Referência) do edital.

17.5 - Nos termos do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 007/2017-SEPLAG e seus anexos (7785741), no que tange aos **Objetivos e Resultados Esperados da contratação**, devem ser observados os seguintes tópicos:

17.5.1 - Garantir estrutura adequada para a execução das atividades administrativas com foco na continuidade do serviço público de excelência prestado pela Administração Pública do DF, eliminando desperdícios, estoques com suprimentos e peças.

17.5.2 - Prover às unidades administrativas dos órgãos contemplados solução de impressão com alta disponibilidade por meio de recursos de impressão com garantia constante de atualização tecnológica, padronizando todo parque de impressão e cópia, aumentando a produtividade e o desempenho dos servidores dessas unidades administrativas.

17.5.3 - Modernizar o parque tecnológico desses órgãos com a disponibilização de equipamentos de alto desempenho, de tecnologia LASER ou LED, permitindo a reunião de várias funcionalidades em um só equipamento.

17.5.4 - Disponibilidade de assistência técnica especializada nos endereços dos partícipes, como meio de garantir a plena execução dos serviços de impressão durante toda a vigência contratual.

17.5.5 - Reduzir o tempo de resposta às demandas internas, materiais e operacionais.

17.5.6 - Garantir níveis adequados de qualidade e disponibilidade de serviços de impressão.

17.6 - Nos termos do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 007/2017-SEPLAG e seus anexos (7785741), no que tange ao **Modelo de Prestação de Serviços**, devem ser observados os seguintes tópicos:

17.6.1 - O Termo de Referência do Edital não contempla pagamento de taxa fixa pela disponibilização



de qualquer equipamento ou prestação do serviço.

17.6.2 - A remuneração se dará pelo pagamento de uma franquia de consumo de 40%, acrescida do consumo excedente constatado.

17.6.3 - Neste modelo de contratação a empresa CONTRATADA será responsável pela disponibilização dos equipamentos de impressão, assistência técnica no local, instalação e remanejamentos dos equipamentos, orientação de utilização, sistema de bilhetagem e fornecimento de consumíveis, exceto papel.

17.7 - Nos termos do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 007/2017-SEPLAG e seus anexos (7785741), no que tange à **Disponibilidade do Serviço**, devem ser observados os seguintes tópicos:

17.7.1 - Durante a vigência contratual, a empresa CONTRATADA deverá manter os serviços em plena disponibilidade, com os equipamentos sempre em operação e com suprimentos suficientes para a utilização pela CONTRATANTE.

17.7.2 - A partir da terceira parcela, será utilizado o Índice de Nível Serviço (INS) para aferir a disponibilidade dos serviços, que corresponde ao tempo em que não houve interrupções do serviço ocorridas por falha técnica das impressoras multifuncionais, falta de suprimentos, ou descumprimento de qualquer obrigação da empresa CONTRATADA.

17.7.3 - Para efeitos desta contratação, o Índice de Nível Serviço (INS) será contabilizado em horas úteis, que correspondem às horas dentro do intervalo de tempo de 8h às 12h e 14h às 18h, dos dias úteis, exceto em feriados, que somados perfazem 8 horas por dia útil.

17.7.4 - As Horas de Disponibilidade (HD) correspondem ao total de horas úteis de um dia multiplicado pelo total de dias úteis durante o Período de Referência.

17.7.5 - As Horas de Indisponibilidade (HI) correspondem a soma das horas úteis após o prazo concedido para a reparação do problema, constante no item 16.4 que trata de Assistência Técnica.

17.7.6 - Até o pleno funcionamento do equipamento, correspondente as impressoras multifuncionais que permaneceram inoperantes devido o descumprimento de qualquer obrigação da empresa CONTRATADA.

17.7.7 - A Diferença (DI) corresponde à diferença de Horas de Disponibilidade (HD) e as Horas de Indisponibilidade (HI), conforme ilustrado abaixo:

$$DI = HD - HI$$

17.7.8 - O INS corresponde ao resultado da divisão da Diferença (DI) pelas Horas de Disponibilidade (HD) multiplicado por "100,00", para converter em porcentagem devendo ser considerado duas casas decimais:

$$INS = DI/HD * 100,00$$

17.7.9 - O INS deverá alcançar patamar igual a 100,00% (cem por cento) durante o Período de Referência (INS = 100,00%), sob pena de descontos sobre o Valor dos Serviços (VS).

17.7.10 - Na ocorrência de inconformidade do INS, o Desconto (DE) será de 0,25% multiplicado pelas Horas de Indisponibilidade (HI) sobre o Valor dos Serviços (VS) do Período de Referência, conforme ilustrado abaixo:

$$DE = VS * HI * 0,25\%$$

17.7.11 - A ocorrência, por 3 (três) vezes consecutivas, do não cumprimento dos níveis de disponibilidade do serviço pactuado derivará na aplicação da penalidade de inexecução parcial do objeto contratado.

17.8 - Nos termos do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 007/2017-SEPLAG e seus anexos (7785741), no que tange à **Contabilização e Remuneração da Contratada**, devem ser observados os seguintes tópicos:

17.8.1 - Para contabilização, será utilizada a unidade de medida nominada Unidade de Serviço de Impressão (USI), dividida nas categorias monocromática e policromática, com pesos distribuídos conforme tabela abaixo:

NOTAÇÃO	FORMATOS	TIPO DE IMPRESSÃO	PESO USI
A4 MONO	Carta, A4, A5, A6, Ofício	Monocromática (Preto e Branco)	1
A3 MONO	A3	Monocromática (Preto e Branco)	2

NOTAÇÃO	FORMATOS	TIPO DE IMPRESSÃO	PESO ISO
A4 COLOR	Carta, A4, A5, A6, Ofício	Policromática (Colorida)	1
A3 COLOR	A3	Policromática (Colorida)	2

17.8.2 - Não serão contabilizadas as páginas impressas com falhas provocadas pelos equipamentos ou suprimentos da empresa CONTRATADA: imagens cortadas, linhas com cores fracas, linhas em branco, margens incorretas, papel curvado, densidade de impressão irregular, impressão enviesada, névoa do toner ou sombreamento de fundo, respingos de toner, ou qualquer outra falha de impressão.

17.8.3 - As digitalizações realizadas pela CONTRATANTE não serão contabilizadas para efeitos de remuneração.

17.8.4 - Em contrapartida, a CONTRATANTE realizará pagamentos mensais, em até 48 (quarenta e oito) parcelas variáveis, de acordo com o quantitativo consumido de Unidades de Serviços de Impressão, durante o Período de Referência, descontados a indisponibilidade do serviço, conforme tabela demonstrativa abaixo:

A	B	C	D	E	F	G	H
PERÍODO DE REFERÊNCIA /PARCELA	TIPO DE IMPRESSÃO	VALOR TOTAL DA FRANQUIA	CONSUMO EXCEDENTE	VALOR UNITÁRIO A USI EXCEDENTE	VALOR FATURADO DO SERVIÇO $C + (D * E)$	DESCONTO E COMPENSAÇÃO DA FRANQUIA	VALOR DA PARCELA/FATURA (F - G)
1	MONO						
	POLI						
2	MONO						
	POLI						
...	MONO						
	POLI						
48	MONO						
	POLI						

17.8.5 - Antes da emissão da Nota Fiscal/Fatura, a empresa CONTRATADA deverá encaminhar os relatórios a fiscalização da CONTRATANTE para a mensuração da disponibilidade do serviço e validação do quantitativo contabilizado.

17.8.6 - A fiscalização da CONTRATANTE deve mensurar e validar os relatórios em até 05 (cinco) dias úteis.

17.8.7 - O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura de pagamento, devidamente atestada pela fiscalização da CONTRATANTE.

17.8.8 - O Período de Referência corresponde ao intervalo de tempo em dias, referente contabilização de páginas impressas, entre a data inicial da leitura dos contadores de impressão, preferencialmente no primeiro dia do mês, e a data da leitura final dos contadores, preferencialmente no último dia do mês.

17.8.9 - A empresa CONTRATADA deverá disponibilizar sistema automático de bilhetagem para realizar as leituras, conforme especificações contidas no ENCARTE E, devendo instalar a aplicação no ambiente Datacenter Corporativo do Distrito Federal ou em qualquer outro ambiente indicado pela CONTRATANTE.

17.8.10 - Para as localidades não atendidas pela infraestrutura corporativa (Datacenter e Rede GDFNet), poderá ser utilizada a opção de usb bilhetada.

17.8.11 - As leituras poderão ser realizadas manualmente pela CONTRATANTE a fim de validar o quantitativo de impressão aferido pelo sistema.

17.9 - Nos termos do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 007/2017-SEPLAG e seus anexos (7785741),

no que tange à **Franquia e ao Regime de Compensação**, devem ser observados os seguintes tópicos:

17.9.1 - A franquia mensal contempla o consumo mensal de USI em todos os equipamentos disponíveis no contrato, não havendo um quantitativo mínimo de USI por equipamento.

17.9.2 - A CONTRATANTE remunerará a empresa CONTRATADA com uma franquia mensal FIXA de 40% do total de USI previsto no contrato, acrescido do consumo VARIÁVEL do excedente de até 60% do total de USI.

17.9.3 - A CONTRATADA apresentará um valor unitário por tipo de USI, isto é, um valor para impressões monocromáticas e um valor para impressões policromáticas, na franquia de impressão e outro para o excedente de USI.

17.9.4 - Uma vez que já houve a amortização dos bens adquiridos no custo da franquia, o custo unitário da USI excedente deverá ser inferior ao custo unitário da USI da franquia.

17.9.5 - A CONTRATANTE adotará o regime semestral de compensação da franquia, conforme modelo de boas práticas em contratações de outsourcing do MP.

17.9.6 - A compensação se dará na fatura do último mês de cada semestre contratual quando tiver havido pagamento de excedente de páginas impressas além da franquia mensal durante o respectivo período.

17.9.7 - A cada mês, para fins de faturamento, deve haver a apuração mensal do saldo. Se o saldo do mês for negativo (ou seja, de CRÉDITOS), deverá ser pago o valor da FRANQUIA MENSAL. Caso o saldo seja positivo (ou seja, de EXCEDENTE), o órgão deve pagar a FRANQUIA MENSAL acrescida do valor EXCEDENTE gerado no respectivo mês.

17.9.8 - Caso seja constatado, a cada análise semestral, que o volume realizado/produzido não esteja atingindo o volume da franquia estipulada para o semestre, o órgão reavaliará o dimensionamento do contrato.

17.9.9 - A CONTRATANTE realizará, conforme sua conveniência, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) definidos no art. 65, inciso II, § 1º da Lei nº 8.666, de 1993, exceto quando houver acordo celebrado entre as partes e previsto em contrato, conforme estabelecido no art. 65, inciso II, § 2º da mesma Lei.

17.9.10 - Será utilizada a seguinte tabela para a compensação da franquia, conforme modelo:

	FRANQUIA MENSAL	PRODUZIDO	VALOR DA FRANQUIA	VALOR EXCEDENTE	VALOR PAGO		
Mês 1							
Mês 2							
Mês 3							
Mês 4							
Mês 5						REDUÇÃO	NOVO VALOR A SER PAGO
Mês 6							
TOTAL	0	0	R\$ -	0	TOTAL A SER PAGO		0
	Δ Excedente						
	Valor Δ Excedente						

17.9.11 - Em caso de dúvidas sobre a aplicação do presente modelo, poderá ser consultado o Boas Práticas, orientações e vedações para contratação de serviços de outsourcing de impressão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, versão para aplicação a partir de 02/05/2017.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Da proibição de utilização de mão de obra infantil**

Nos termos da Lei nº 5.061, de 08 de março de 2013 e com fundamento no artigo 7º, XXXIII e artigo 227, § 3º, I da Constituição Federal, é vedada a utilização de mão de obra infantil no presente CONTRATO.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Da Publicação e do Registro**

A eficácia do CONTRATO fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento no órgão

interessado, de acordo com o art. 60 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA – Do Foro

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente CONTRATO.

Pelo **DISTRITO FEDERAL**:

---

**RENATO JORGE BROWN RIBEIRO**  
Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

Pela **CONTRATADA**:

---

**CAIO LIMA SANDES**  
Procurador



Documento assinado eletronicamente por **RENATO JORGE BROWN RIBEIRO - Matr.0272267-4, Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão**, em 17/05/2018, às 15:54, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Caio Lima Sandes, Usuário Externo**, em 23/05/2018, às 08:05, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **8121878** código CRC= **45D4A2A2**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Praça do Buriti - Anexo do Palácio do Buriti, 5º Andar, Sala 500 - CEP 70075900 - DF